

**CREA-RJ**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Rio de Janeiro**Decisão da Câmara Especializada de Agronomia (CEAgro-RJ)**

Reunião	: Ordinária	Nº: 01
Decisão da Câmara Especializada	: 02/2017-RJ	
Referência	:	
Interessado	: Crea-RJ	

**ASSUNTO: DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA**

O Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro – Crea-RJ, apreciando o assunto **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA**;

Considerando manifestação da Assessoria Jurídica da Presidência, versando sobre delegação de competência das Câmaras Especializadas, motivada pela resposta fornecida pelo Confea, em face de consulta dirigida àquele Federal por parte de Conselho Regional, que trata de Delegação de Competência;

Considerando o art. 46 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que elenca a competência das Câmaras Especializadas;

Considerando o art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelecendo que “Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial”; Considerando o art. 13 da mesma Lei nº 9.784, de 1999, que veda a delegação de competência que tenha por objeto: I - a edição de atos de caráter normativo; II - a decisão de recursos administrativos; e III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade; Considerando a necessidade de dar maior celeridade à tramitação dos processos, oferecendo resposta mais rápida aos pleitos dos administrados, notadamente quanto à concessão de registro profissional, de pessoa jurídica, de inclusão de responsável técnico, arquivamento de consórcio, cuja demora na concessão impede o exercício profissional;

Considerando o princípio constitucional da eficiência, segundo o qual a Administração Pública deve agir de modo rápido e preciso, para produzir resultados que satisfaçam às necessidades dos administrados; Considerando que o cadastramento das instituições de ensino e dos cursos por elas ministrados são apreciados e aprovados pelas Câmaras Especializadas, oportunidade em que atribui o título profissional, de acordo com a Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, bem como a atribuição inicial de atividades e competências;

Considerando que a Auditoria do Confea, vem recomendando as Câmaras Especializadas a Delegação de Competência em questões permitidas em lei, para maior celeridade dos processos, especialmente de registro de pessoas físicas;

Considerando, que a Auditoria do Confea destaca que o ato de Delegação de Competência deve ser emitido pelas Câmaras Especializadas por meio de Decisão e que os registros concedidos por delegação devem ser referendados pelas Câmaras Especializadas, para que tais atos sejam revestidos de legalidade;

**DECIDIU, AD REFERENDUM da CEAgro:**

1 – Delegar competência, à Coordenação de Registro, Cadastro e Acervo Técnico – CORC, para promover registro de profissionais, egressos de instituições de ensino e de cursos devidamente cadastrados no CREA-RJ, bem como, à Gerência Operacional – GEOP, à Coordenação de Apoio aos Colegiados – COAC e às Coordenações Regionais Metropolitana, Metropolitana Leste, Leste, Serrana, Sul e Norte, para promover registro de profissionais, egressos de instituições de ensino, registro de pessoas jurídicas, de arquivamento de consórcio e inclusão de profissional para se responsabilizar pelas atividades técnicas da pessoa jurídica.

2 - Excluir deste ato de delegação a inclusão de profissional para se responsabilizar pelas atividades técnicas da pessoa jurídica, nos casos em que se caracterizar dupla ou múltipla responsabilidade técnica, bem como o registro de profissional graduado no exterior.

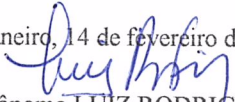
3 - Os atos administrativos realizados com base no presente ato de delegação deverão ser referendados por esta Câmara Especializada, que se reserva o direito de, se entender necessário, requisitar o respectivo processo administrativo.

4 - O prazo de validade da delegação de competência de que trata a presente Decisão será até a composição da Câmara Especializada de Agronomia do exercício de 2018.

5 – Revoguem-se as Deliberações contrárias.

Cientifique-se e cumpra-se.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017.

  
Engenheiro Agrônomo LUIZ RODRIGUES FREIRE  
Coordenador da CEAgro